FÓRUM

FINANÇAS SUBNACIONAIS NO BRASIL: UMA SELETA DE ANÁLISES

Arnaldo Mauerberg Junior[1]
arnaldo.mauerberg@unb.br

Sol Garson[2 3]
solgarson@gmail.com

José Roberto Afonso[4 5]
zeroberto@joserobertoafonso.com.br

Editores convidados

[1] Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília, DF, Brasil
[2] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
[3] Instituto Brava, Portal Meu Município, São Paulo, SP, Brasil
[4] Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, DF, Brasil
[5] Fundação Getulio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.77915

Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

Esta edição especial dos Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC) da Fundação Getulio Vargas surgiu de uma parceria firmada em 2017 com o Portal Meu Município, tendo em vista a necessidade do aprimoramento das discussões acadêmicas sobre finanças públicas subnacionais no Brasil.

O estudo do tema das finanças públicas em nível nacional já se encontra bastante consolidado, mas o mesmo não acontece com a análise nos níveis estadual e municipal, onde pouca discussão acadêmica e científica já foi realizada. Inúmeros fatores geram o interesse por análises científicas sobre as finanças subnacionais no Brasil, entre eles: a situação sui generis dos estados e municípios brasileiros que, apesar de gozarem de autonomia federativa concedida pela Constituição de 1988, se encontram, na maioria dos casos, amplamente dependentes de transferências de recursos da União; as pressões de grupos de interesses, que resultam em decisões como a recente aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar n. 270/2016, que tentaria flexibilizar as punições da Lei de Responsabilidade Fiscal para alguns municípios no tocante ao gasto com pessoal; e a guerra fiscal, muitas vezes travada por estados e municípios para atração de novos polos de atividade econômica.

Anteriormente ao lançamento desta edição especial, onde estão publicados seis artigos científicos elaborados sob vários enfoques e metodologias, a parceria entre os CGPC e o Portal Meu Município também rendeu o Paper Development Workshop "Finanças públicas estaduais e municipais no Brasil", entre os dias 16 e 17 de abril de 2018, com um total de 73 artigos submetidos por mais de 146 autores do Brasil e do exterior.

Nesta edição, temos o prazer de apresentar dois artigos tratando da relação entre finanças municipais e gestão pública, um artigo sobre a relação entre deficit público municipal e desenvolvimento humano, um estudo de caso sobre o orçamento na área de cultura na Região Metropolitana de São Paulo, um artigo sobre finanças estaduais em panorama geral e um estudo de caso restrito ao estado de Minas Gerais.

No primeiro artigo, "Sobre desconexões e hiatos: Uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros", os autores analisam a relação entre gestão pública e performance fiscal municipais, discutindo se capacidades estatais podem explicar o desempenho fiscal. Por meio de análises quantitativas, os autores concluem que a dependência financeira da União e variáveis locais tais quais o PIB per capita, o tamanho populacional, o nível educacional e ideologia política do prefeito são as principais variáveis a explicar a relação pretendida.

No artigo "Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros", os autores realizam um estudo de caráter descritivo e quantitativo, entre os anos de 2015 e 2016, para analisar a relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência nos municípios brasileiros, mostrando a relação positiva e significativa do indicador de qualidade

de gestão pública municipal com a transparência e com a receita bruta per capita dos municípios constantes da amostra.

Diferentemente dos dois primeiros artigos, que possuíam grande foco na relação gestão pública x finanças subnacionais, o terceiro artigo, "Endividamento público e desenvolvimento humano nos grandes municípios brasileiros", questionou se o endividamento público é capaz de influenciar os indicadores de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes. A hipótese testada visava corroborar a tese de que os municípios se endividam para realizar investimentos que proporcionem alocar bens públicos aos seus jurisdicionados, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Por meio de uma análise de dados em painel entre 2006 e 2012, os autores concluem que não há evidências de relação positiva entre endividamento público e desenvolvimento humano nos municípios para o período analisado.

Fechando a série com análises em âmbito municipal, o artigo "Orçamento público municipal da cultura: Função, subfunção ou sem-função?" traz interessante estudo de caso baseado em análises quali-quanti entre os anos de 2008 e 2016, mostrando que, na área da cultura, a dinâmica orçamentária municipal interfere na atuação dos grupos culturais, que precisam ter sustentabilidade financeira para desempenhar suas atividades.

O primeiro texto abordando o tema das finanças estaduais, "Novo critério de rateio do fundo de participação dos estados: Efetivo ou inócuo?", avalia como se comportaria o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em diversos cenários econômicos futuros. As simulações realizadas pelo autor a partir de expectativas de mercado acerca do comportamento do PIB e do IPCA no futuro mostraram que as alterações seriam marginais no curto e médio prazos. Finalmente, no artigo "Endividamento público de Minas Gerais: Histórico e recentes propostas de recuperação", as autoras apresentam, de maneira clara e inequívoca, a necessidade de estudos sobre finanças subnacionais ao tratarem da calamitosa situação financeira do estado de Minas Gerais e das inócuas políticas de saneamento fiscal praticadas até então.

Com base no que foi discutido tanto no Paper Development Workshop quanto nesta Edição Especial, nós, os Editores, acreditamos que muitas outras pesquisas poderão ser realizadas e esperamos que o tema das finanças subnacionais passe a ter o destaque necessário nos debates. Desejamos a todos uma ótima leitura das análises aqui expostas.

Boa leitura!